



CONTRATO Nº ...../2022

PAD Nº. 3476/2022

**ANEXO IV  
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE  
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DO PARANÁ E A EMPRESA .....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e demais legislações pertinentes, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo Pregão Eletrônico nº. ..../2022, PAD 3476/2022, e a proposta vencedora, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº. ....**, com sede em .....,  
Rua ....., nº ....., bairro, CEP: ....., telefone: (...) .....; e-mail:  
.....; neste ato representada por ....., CPF nº. \*\*\*.XXX.XXX-\*\*,  
doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - Prestação de serviços de realização de gestão editorial, coordenação de fluxo de periódicos com *double blind review*, revisão ortográfica e de conteúdo técnico da Revista Paraná Eleitoral, diagramação, tradução de artigos para línguas inglesa e espanhola e criação de projeto gráfico (visual), inclusive arte de criação de capas, além de confecção de livros de artigos, conforme especificado neste Termo de Referência – Anexo I e demais anexos.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3** - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de tarefa.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**2.1** - Os serviços deverão ser prestados e entregues de acordo com o detalhamento previsto no item 2 do Termo de Referência – Anexo I, que será parte integrante deste Contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**3.1** – As obrigações e responsabilidades da contratada estão discriminadas no Termo de Referência - anexo I.

### **3.2 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

**3.2.1** - As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.

**3.2.2** - A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.

**3.2.3** - É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**3.3** - A CONTRATADA obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

## **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA**

**4.1** - O presente contrato vigorará **por 20 (vinte) meses, a partir da data de assinatura**, podendo ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público, de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho Resumido: .....

Nota de Empenho: ....., emitida em .....

Elemento de despesa: 33.90.39.16;

Categoria Econômica: custeio;

SIASG: 18481.

## CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

**6.1** - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimativo de R\$ ..... (.....), nos termos da **Proposta Detalhada – Anexo II**, considerando:

DESCRIÇÃO	A = QTDE	B = QTDE MÉDIA DE PÁGINAS	C = Valor unitário por página (R\$)	D = A x B x C = Valor total (R\$)
Serviço de tradução em língua espanhola	1 (um) artigo	30 (trinta)		
Serviço de tradução em língua inglesa	1 (um) artigo	30 (trinta)		
Serviço de editoração, diagramação, revisão ortográfica e de conteúdo técnicos da Revista Paraná Eleitoral, inclusa a criação e arte de capa.	5 (cinco) edições da Revista	180 (cento e oitenta)		
Serviço de revisão e normalização dos manuscritos aprovados para a publicação	5 (cinco) edições da Revista	180 (cento e oitenta)		
Serviço de gestão editorial e coordenação do fluxo de tarefas, com realização de Double blind review	5 (cinco) edições da Revista	180 (cento e oitenta)		
Serviço de editoração, diagramação, revisão ortográfica e de conteúdo técnicos do livro de artigos, inclusa a criação e arte de capa.	1 (um) livro de artigo	350 (trezentos e cinquenta)		
<b>Valor total</b>				<b>R\$</b>

**6.1.1** - O pagamento se dará após a conclusão de cada serviço.

**6.1.2** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de tributos e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

### **6.2 - Do documento fiscal:**

**6.2.1** - O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da Sede do TRE/PR localizada na Rua João Parolin, 224 – Prado Velho – Curitiba – Paraná, direcionado à Coordenadoria Executiva da Escola Judiciária. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail [paranaeleitoral@tre-pr.jus.br](mailto:paranaeleitoral@tre-pr.jus.br), caso não seja possível lançar no sistema.

**6.2.2** - O CNPJ da empresa habilitada na contratação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**6.2.3** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis

para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**6.3 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada:** até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

**6.4 - O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:**

**6.4.1 - Prazo para atestado da Nota Fiscal:** até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

**6.4.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal:** até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor ou até 5 (cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até 17.600,00, conforme artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.

**6.4.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.**

**6.4.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).**

**6.4.5 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

**6.5 - Da regularidade fiscal:**

**6.5.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.**

**6.5.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.**

**6.5.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).**

**6.5.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**6.5.2.1** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**7.1** - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no termo de referência – anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTAMENTO**

**8.1** - Os valores serão reajustados a cada 12 (doze) meses, segundo a variação do IPCA (Índice de preços do Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

**8.1.1** - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses, contados da data da proposta da licitação, após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

**8.2** - Caberá ao Gestor enviar o PAD contratual, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na Cláusula pertinente, submetendo à apreciação da Coordenadoria de Planejamento das Contratações - CPC / Seção de Análise de Custos das Contratações - SACCON, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

## **CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93 e art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

**a) ADVERTÊNCIA:** Para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos para o Contratante;

**b) MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

**b1)** Multa de mora de 1,0% (um por cento) ao dia pelo atraso na execução dos serviços, incidente sobre o valor total do contrato, limitada a 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com aplicação de multa moratória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 30 (trinta) dias.

**b2)** A partir do 31º dia de atraso na execução dos serviços, poderá haver suspensão dos serviços pelo Contratante e, conseqüentemente, optar-se pela rescisão unilateral do contrato, com a conseqüente aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

**b3)** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela prestação dos serviços em desacordo com o solicitado ou pela recusa em refazê-los quando constatado que não atendem às características exigidas.

**b.5)** Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato pela não observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**b.6)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de cessação da prestação dos serviços, ou em razão de inadimplemento total.

**9.2 -** Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**9.3 -** As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**9.4 -** A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficaz as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**9.5 -** A Contratada autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1 -** Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados no art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

**10.1.1 -** Poderá ser também causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**11.1 -** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

---

<sup>1</sup> Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

**12.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**12.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>2</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ..... de ..... de 2022.

.....  
Representante Legal  
P/ CONTRATADA

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor-Geral – TRE/PR  
P/ CONTRATANTE

---

<sup>2</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.